

LEI Nº 1.991/2025.

**ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º E DO INCISO I DO ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.724, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021, PARA ESTENDER O PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DA SAÚDE A TODAS AS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL, INCLUINDO UPA E HOSPITAL.**

A Câmara Municipal de Conceição de Macabu, por seus representantes legais, APROVOU e o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, SANCIONA, a seguinte:

LEI:

**Art. 1º.** O Art. 1º da Lei Municipal nº 1.724/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Cadastro Único em toda a Rede Municipal de Saúde, englobando as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Estratégias de Saúde da Família (ESF), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Hospital Municipal e demais equipamentos públicos de saúde, com a finalidade de unificar as informações de forma eletrônica, referentes aos atendimentos médicos de cada cidadão, por meio de Prontuário Eletrônico.”

**Art. 2º.** O Inciso I do Art. 2º da Lei Municipal nº 1.724/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...) I - Todas as unidades de saúde da rede pública municipal, incluindo as de urgência e emergência e de internação, poderão realizar cadastro de novos pacientes, medicamentos existentes na farmácia municipal e profissionais da área de saúde;”

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, 30 de dezembro de 2025.

VALMIR TAVARES LESSA  
- Prefeito Municipal -

LEI Nº 1.992/2025.

Institui a Rua Antônio Lopes de Oliveira, localizada no Centro de Conceição de Macabu, como “Rua do Artesanato e Cultura”, destinada à realização de feiras de artesanato, eventos culturais, música ao vivo e espaço recreativo infantil.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU, por seus representantes legais, APROVOU e o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, SANCIONA, a seguinte:

LEI:

**Art. 1º** Fica instituída a “**Rua do Artesanato e Cultura**”, na Rua Antônio Lopes de Oliveira, situada no Centro do município de Conceição de Macabu, nas proximidades do Espaço de Cultura, como espaço público voltado à promoção da arte, cultura, lazer e economia criativa local.

**Art. 2º** O espaço poderá ser utilizado, em datas previamente definidas pelo Poder Executivo, para a realização de:

- I** – Feiras de artesanato e produtos locais;
- II** – Apresentações musicais ao vivo e eventos culturais;
- III** – Atividades recreativas para o público infantil (espaço kids);
- IV** – Exposições de arte, gastronomia e manifestações culturais populares.

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a forma de funcionamento, dias e horários das atividades, bem como as medidas de organização, segurança e infraestrutura necessárias à realização dos eventos.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 30 de dezembro de 2025.

VALMIR TAVARES LESSA  
- Prefeito Municipal -

LEI Nº 1.993/2025.

**DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE CADERNETA DE ORIENTAÇÃO PARA PESSOAS COM DIABETES NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU/RJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU, no uso de suas atribuições legais DELIBERA:

LEI:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Conceição de Macabu/RJ, o Programa de Fornecimento de Caderneta de Orientação para Diabéticos, com o objetivo de auxiliar no acompanhamento, controle e prevenção de complicações decorrentes do diabetes mellitus.

**Art. 2º** A caderneta de orientação será entregue gratuitamente às pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus, devidamente cadastradas nas unidades de saúde do Município, públicas ou conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

**Art. 3º** A caderneta terá como finalidade:

- I** – registrar informações clínicas essenciais, como glicemia, pressão arterial, peso, altura, IMC e exames laboratoriais;
- II** – conter orientações sobre alimentação saudável, prática de atividades físicas e uso correto de medicamentos;
- III** – disponibilizar espaço para anotações de consultas, internações e ocorrências médicas relevantes;
- IV** – facilitar a comunicação entre pacientes e profissionais de saúde.

**Art. 4º** O Poder Executivo definirá, por meio de regulamentação própria:

- I** – o formato e conteúdo da caderneta;
- II** – os critérios e procedimentos para distribuição;
- III** – a integração com programas e sistemas já existentes na rede municipal de saúde.

**Art. 5º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 30 de dezembro de 2025.

VALMIR TAVARES LESSA  
- Prefeito Municipal -